

**Fredie Didier Jr.  
Antonio do Passo Cabral  
Leonardo Carneiro da Cunha**

**Por uma nova teoria dos  
PROCEDIMENTOS  
ESPECIAIS  
dos procedimentos às técnicas**

**4ª edição**

revista, atualizada e  
ampliada

**2023**

1236396



**EDITORA**  
*Jus***PODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
- Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Luiz Fernando Romeu ([lfnando\\_38@hotmail.com](mailto:lfnando_38@hotmail.com))

**Capa:** Ana Caquetti

D556p Didier Jr., Fredie  
Por uma Nova Teoria dos Procedimentos Especiais - Dos Procedimentos às  
Técnicas / Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha e Antonio do Passo Cabral –  
4. ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: JusPodivm, 2023.  
144 p. (Coleção Dissertações, Teses e Ensaios de Processo Civil)

Inclui Bibliografia.  
ISBN: 978-85-442-4173-8.

1. Direito Processual Civil. 2. Procedimentos Especiais. I. Didier Jr., Fredie. II.  
Cunha, Leonardo Carneiro da. III. Cabral, Antonio do Passo. IV. Título.

CDD 341.46

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

1.	Por uma teoria dos procedimentos especiais.....	15
2.	Procedimento comum e procedimento especial na doutrina clássica: delimitando os conceitos .....	19
2.1.	O procedimento comum: padronização e preferibilidade ..	19
2.2.	Conceito de procedimento especial .....	21
3.	Fatores que justificam a criação de procedimentos especiais: o movimento da “tutela diferenciada” e a adaptação legislativa aos “novos” direitos .....	25
4.	Características do procedimento especial na literatura tradicional.....	31
4.1.	Legalidade.....	31
4.2.	Taxatividade e tipicidade fechada.....	33
4.3.	Excepcionalidade .....	34
4.4.	Indisponibilidade.....	35
4.5.	Inflexibilidade .....	36
4.6.	Infungibilidade.....	37
4.7.	Exclusividade.....	39
5.	Procedimentos especiais opcionais e procedimentos especiais obrigatórios.....	41
6.	Direito à escolha do procedimento .....	45
7.	O CPC e os procedimentos especiais.....	47
7.1.	Procedimentos especiais do próprio Código e da legislação extravagante. O ideário da “era das codificações”: unidade normativa e uniformidade interpretativa .....	47
7.2.	Criação de novos procedimentos especiais e aperfeiçoamento de procedimentos especiais tradicionais. O caso da ação de oposição .....	49

7.3.	Eliminação e pseudoeliminação de alguns procedimentos especiais no CPC-2015 .....	49
7.4.	O caso dos procedimentos especiais do CPC-1939, mantidos em vigor por força do art. 1.218 do CPC-1973. O art. 1.046, §3º, CPC. O problema da ação de dissolução total de sociedade empresária .....	54
7.5.	Procedimentos especiais da legislação extravagante. O art. 1.046, §2º, CPC.....	56
7.6.	Remissões ao CPC na legislação extravagante. O art. 1.046, §4º, CPC .....	56
7.7.	Diretriz hermenêutica para identificar o impacto do CPC na legislação processual extravagante. Aplicações .....	58
7.8.	Relação entre o procedimento comum e os procedimentos especiais .....	62
7.8.1.	Características do procedimento comum brasileiro estruturado pelo CPC-2015 .....	62
7.8.2.	A aplicação subsidiária do procedimento comum aos procedimentos especiais .....	64
7.8.3.	O art. 327, §2º, CPC: flexibilidade do procedimento comum pelas técnicas especiais. O livre trânsito das técnicas especiais entre os procedimentos. Exemplos .....	66
7.8.4.	Transporte de técnicas do procedimento comum aos procedimentos especiais (art. 318, p. ún., CPC).....	72
7.8.5.	Transporte de técnicas entre os procedimentos especiais .....	73
7.8.6.	O art.1.049, par. ún., CPC: o procedimento comum como sucessor do procedimento sumário, ao qual podem ser incorporadas técnicas especiais.....	78
7.8.7.	Trânsito de técnicas entre procedimentos recursais, incidentais, executivos e de jurisdição voluntária..	80
7.9.	Livre trânsito de técnicas processuais entre as portas de acesso à justiça .....	86
8.	A necessidade de reformulação da teoria tradicional dos procedimentos especiais à luz do sistema do CPC-2015.....	91
8.1.	Legalidade e rigidez x flexibilização procedimental .....	91
8.2.	Previsão enumerativa de procedimentos especiais. Possibilidade de analogia.....	96

8.3.	Disponibilidade sobre o procedimento. As convenções processuais e a autonomia das partes.....	97
8.4.	Novas relações entre o procedimento comum e os procedimentos especiais .....	99
8.4.1.	Eficiência e procedimentos especiais. Dos procedimentos às técnicas processuais especiais....	99
8.4.2.	Funcionalidade procedimental. Contra a fratura funcional “comum x especiais”. O procedimento comum como <i>habitat</i> adequado a técnicas processuais diferenciadas.....	103
8.4.3.	De volta ao Código, mas sem unitariedade. Heterointegração e sinergia aplicativa. Complementaridade e compatibilidade da técnica especial ao procedimento comum.....	104
8.4.4.	Da subsidiariedade à supletividade. Impossibilidade de aplicação do critério da especialidade .....	106
8.4.5.	Fungibilidade entre procedimentos especiais ou entre eles e o procedimento comum. Parâmetros aplicativos .....	109
9.	O futuro dos procedimentos especiais no contexto do Direito Processual Civil brasileiro atual.....	115
10.	Técnicas de diferenciação do procedimento .....	121
10.1.	Autorização para a concessão de tutela provisória satisfativa.....	121
10.2.	Restrições cognitivas ou probatórias.....	122
10.3.	Proibição de alguns incidentes processuais ou de alguns recursos.....	123
10.4.	Previsão de fases procedimentais específicas.....	124
10.4.1.	Generalidades.....	124
10.4.2.	O caso do contraditório prévio para a apreciação do pedido de tutela provisória liminar .....	125
10.5.	Fragmentação do julgamento do mérito .....	126
10.6.	Redefinição da forma ou do prazo de alguns atos processuais.....	127
10.7.	Redefinição das situações jurídicas processuais .....	128
10.8.	Inversão do ônus de iniciativa do contencioso ou monitorização do procedimento .....	129
	Referências .....	131